



Número: **0800347-03.2019.8.20.5110**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Alexandria**

Última distribuição : **22/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR (AUTOR)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43128025	22/05/2019 19:48	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
43128045	22/05/2019 19:48	<a href="#">JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR-parte 3</a>	Documento de Comprovação
43128054	22/05/2019 19:48	<a href="#">PROCESSO ADM (17)</a>	Requerimento Administrativo
43128108	22/05/2019 19:48	<a href="#">JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR-parte 1</a>	Documento de Comprovação
43128139	22/05/2019 19:48	<a href="#">JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR-parte 2</a>	Documento de Comprovação
43160414	27/05/2019 18:07	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
43551347	29/05/2019 09:36	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
43552667	29/05/2019 09:59	<a href="#">Citação</a>	Citação
43553150	29/05/2019 10:06	<a href="#">CIENTE.</a>	Petição

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DIREITO DA  
COMARCA DE ALEXANDRIA/RN**

**JOSÉ CÉLIO HOLANDA LIMA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, autônomo, sem endereço eletrônico, RG nº 003.421.052/ITEP/RN, CPF nº 072.500.544-06, residente e domiciliado na Rua Governador Dix Sept Rosado, nº 303, Cascalho, Alexandria/RN, por intermédio de seus procuradores, com endereço profissional constante do rodapé da página, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ**

-

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

**I – PRELIMINARMENTE – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA:**

A parte demandante não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo sem que isso afete o seu sustento e o de sua família. Destarte, requer o benefício da **Justiça Gratuita**, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50, com alterações da Lei nº 7.510/86.

**Assim, Excelência, é indubitável que a parte autora não tem condições de pagar as custas processuais sem que isso implique na impossibilidade de seu próprio sustento e de sua família.**

-

## **II –**

## **DOS FATOS:**

No dia 06/08/2016, por volta das 09:30 hrs, a parte demandante seguia pilotando a moto tipo HONDA CG 150 TITAN de Placa DPW7735, trafegava próximo à creche, bairro Cascalho, Alexandria/RN, quando foi ultrapassar um automóvel e o pneu dianteiro derrapou, fazendo a mesma perder o controle da motocicleta e cair violentamente contra o chão, vindo a sofrer várias lesões pelo corpo.

Em razão desse acidente, a parte requerente foi socorrida e levada ao Hospital Cleodon Carlos de Andrade, Pau dos Ferros/RN, onde foi diagnosticada diversas fraturas (inclusive lesões nos membros, superior e inferior, esquerdos), o que lhe incomoda até os dias atuais, dificultando a sua mobilidade e lhe causando certas limitações.

Diante desses fatos, a parte demandante procurou receber pela via administrativa os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT. Entretanto, a ré **NEGOU** a concessão da indenização.

Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a indenização securitária a que tem direito.

## **III – DO DIREITO – INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.**

-

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (destacou-se)

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

Ao contrário de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)

-



A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

**Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.**

**Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.**

-

#### **IV – DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:**

Se antecipando ao Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art. 334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em não se admite a autocomposição.

V –

**DOS PEDIDOS:**

-

Ante o exposto, a parte demandante **requer:**

- a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) **a procedência dos pedidos da ação** para condenar o(a) Requerido(a) a pagar o valor correspondente a **porcentagem de invalidez apurada por perícia médica realizada por profissional nomeado por este Juízo, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros moratórios a partir da citação**, custas processuais, honorários advocatícios sucumbenciais e demais consectários legais;
- c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, bem como juntar o processo administrativo;
- d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013)**, visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;
- f) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**;
- h) A não realização de audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil.

-

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00**.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 15 de janeiro de 2018.

**Leonardo Mike Silva Pereira**

**OAB/RN 10.615**

Num. 43128045 - Pág. 1



( / )

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3170122391 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** ARUANA SEGUROS S/A**BENEFICIÁRIO** JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR**CPF/CNPJ:** 07250054406**Posição em 15-01-2018 18:14:55**

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
28/03/2017	Negativa Técnica - Sem sequelas	
14/03/2017	Interrupção de Prazo	
07/03/2017	Aviso de Sinistro	

## ACESSIBILIDADE

</Pages/Acessibilidade.aspx></Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)  
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)  
Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



## ASSINE NOSSA NEWSLETTER

AC ▼

(<https://novosite.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao.aspx>)  
(<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao.aspx>)  
trk=tyah&trkInfo=clickedVertical:company%2cclickedEntityId:10845224%2cid:2-1-2%2ctarId:1467409339633%2ctas:Seguradora%20%C3%ADder)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Autoatendimento (/Seguro-DPVAT/autoatendimento)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › SAC DPVAT (/Contato/Sac-DPVAT)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Denúncia de Fraudes (/Contato/Denuncia-de-Fraudes)

## Assine nossa Newsletter

## **CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - 30%**

**CONTRATANTE:** Spá Celso H. danda Lima Junior  
brasileiro, estado civil solteiro, profissão autônomo, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º 072.500.944-06 portador(a) do RG n.º 003.425.052, residente e domiciliado(a) Rua Governador Dix Sept Rosado, 303, Conselho, Alexandria/RN telefones: \_\_\_\_\_

**CONTRATADO:** Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a) estado civil: solteiro Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o número 10.615, com endereço profissional à rua Desembargador Dionísio Filgueira, sala 07 n.º 419, bairro Centro, município: Monção, RN.

AS PARTES ACIMA IDENTIFICADAS TÊM, ENTRE SI, COMO JUSTO E CONTRATADO O PRESENTE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE E PELAS CONDIÇÕES DESCRITAS NO PRESENTE.

### **I - DO OBJETO DO CONTRATO E DA RESPONSABILIDADE**

Cláusula 1ª. O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios, para a propositura de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**.

a) A RESPONSABILIDADE SOBRE A VERACIDADE DOS DOCUMENTOS FORNECIDOS AO CONTRATADO PARA QUE ESTE REALIZE TODOS OS ATOS ATINENTES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, É INTEIRA E EXCLUSIVAMENTE DO(A) CONTRATANTE.

### **II - DAS ATIVIDADES**

Cláusula 2ª. As atividades inclusas na prestação de serviço objeto deste instrumento, são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam:

- b) Praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados ou dos Municípios, bem como órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares.
- c) Praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

### **III - DAS DESPESAS**

Cláusula 3ª. As custas processuais e extrajudiciais que se fizerem necessárias ao ajuizamento da ação e ao recebimento do crédito, tais como custas do processo junto à Justiça Federal (1% - um por cento - do valor requerido) e/ou junto à Justiça Estadual (valor apurado conforme Tabela de Custas Judiciais); custas de reconhecimento de firma nos documentos necessários e autenticações quando estas se fizerem necessárias; custas de perícia contábil necessária ao cálculo do crédito; custas de oficial de justiça, etc., serão suportadas exclusivamente pelo(a) **CONTRATANTE**.

### **IV - DOS HONORÁRIOS**

Cláusula 5ª. O(A) CONTRATANTE, em caso de êxito na ação, obriga-se a pagar, a título de prestação de serviço, o valor correspondente ao percentual de **30% (trinta por cento)** sobre efetivo proveito econômico proveniente da Ação.

Cláusula 6ª. Havendo acordo entre o(a) **CONTRATANTE** e a parte **CONTRÁRIA**, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência, devendo ser contabilizado em face do efetivo proveito econômico ou êxito financeiro do **CONTRATANTE**, conforme exemplo supra.



**Cláusula 7ª.** Os honorários de sucumbência pertencem ao **CONTRATADO**.

**Cláusula 8ª.** As partes estabelecem que havendo atraso no pagamento dos honorários, serão cobrados juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês.

#### **V - DA COBRANÇA**

**Cláusula 9ª.** As partes acordam que facultará ao **CONTRATADO**, o direito de realizar a cobrança dos honorários por todos os meios admitidos em direito.

#### **VI - DA RESCISÃO**

**Cláusula 10ª.** Agindo o(a) **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face do **CONTRATADO**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas as obrigações.

**Cláusula 11ª.** Fica estabelecido que em caso de **REVOGAÇÃO** infundada do instrumento procuratório, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o mesmo percentual estipulado na cláusula 5ª do presente contrato.

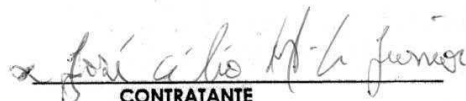
**Cláusula 12ª.** Em caso de **DESISTÊNCIA** da ação, por parte do(a) **CONTRATANTE**, será devido ao **CONTRATADO** a título de honorários, por assessoria e consultoria jurídica, o percentual de 20% (dez por cento) do valor da ação.

**Parágrafo Primeiro.** O(A) **CONTRATANTE** deverá ainda, em caso de **DESISTÊNCIA**, ressarcir todas as despesas que o **CONTRATADO** obteve tais como: custas processuais e despesas com análise financeira.

#### **VII - DO FORO**

**Cláusula 13ª.** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do **CONTRATO**, as partes elegem o foro da comarca de Mossoró/RN;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

  
\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

Mossoró/RN, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO**

#### **TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu João Célio Hdanda Lima Junior brasileiro(a),  
estado civil: solteiro Profissão: autônomo portador(a) do RG  
003.425.052, órgão expedidor: TEP/RN e do CPF: 072.500.544-06 residente  
no(a) Rua Governador Dix Sept Rosado nº 303  
bairro: Carvalho município: Alexandria / RN  
declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o  
pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família,  
por isso requeiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da  
Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Monaco/RN, 24 de Janeiro 2018  
Local e Data

João Célio Hdanda Lima Junior  
Assinatura do Outorgante

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

Nome: Jose Célio H. d. Lima Junior, brasileiro(a),  
estado civil: solteiro Profissão: autônomo portador(a) do RG  
003.421.052, órgão expedidor ITPR e do CPF: 042.500.544-06 residente  
no(a) Rua governador Dix Sept Rosado nº 303  
bairro: Correição, município: Alvaresópolis, PR.

### OUTORGADO:

Nome: Leonardo Mike Silva Pereira, brasileiro(a)  
estado civil: solteiro Profissão: advogado, inscrito na OAB/RN sob o  
número 10.615 com endereço profissional à rua  
Desembargador Dionísio Silveira, sala 07 nº 419  
bairro Centro, município: Monró, PR.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, para o fim especial de agir judicialmente e administrativamente, promovendo quaisquer medidas judiciais e administrativas necessárias a garantia dos direitos e interesses do(a) outorgante, propondo as ações que julgar convenientes, defende-lo(a) nas que porventura por ele lhe sejam propostas, para o que lhe confere os mais amplos e ilimitados poderes da cláusula "ad judicia et extra" para o fórum em geral, podendo ainda seu dito advogado transigir, confessar, desistir, fazer acordos, endossar cheques, retirar alvarás e oferecer todos os recursos em direito admitidos, em qualquer instância ou foro, receber e dar quitação, firmar compromisso, bem como substabelecer com ou sem reserva e ainda, requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e 7.115/93. Deixando estipulado neste documento, contrato de risco com o Outorgante que, em caso de êxito, serão pagos a título de honorários advocatícios 30 % (trinta por cento) do valor recuperado. Em caso de pagamento de custas pelo Outorgado os valores serão descontados do êxito e reembolsados pelo Outorgante.

Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Monró/PR, 24 de Janeiro 2018  
Local e Data  
Jose Célio H. d. Lima Junior  
Assinatura do Outorgante

TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE O FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

Eu Jose Célio Hdanda Lima Júnior, brasileiro(a),  
estado civil: solteiro profissão: autônomo portador(a) do RG  
003.421.052 órgão expedidor ITEP/RN e do CPF: 012.500.544-6 residente  
no(a) Rua Governador Dix Sept Rosado nº 303  
bairro: Conceição, município: Alexandria, RN  
CEP: \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_

declaro, sob as penas da Lei, que todos os documentos fornecidos ao advogado por mim  
constituído para me representar na Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, tais como, documentos  
pessoais, declarações, Boletim de Ocorrência, documentos médicos, etc., são verdadeiros, e  
me comprometo a responder por todos e quaisquer fatos atinentes aos mesmos na forma da  
Lei.

Monero /RN, 24 de Janeiro de 2018.

Jose Célio H. L. Júnior  
Assinatura

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL NOME: **JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR**

DATA DE EXPEDIÇÃO: **03/07/2012**

FLUXÃO: **JOSE CELIO HOLANDA LIMA**

NATURALIDADE: **OSSENIDA MARIA DE ALMEIDA**

DOC. ORIGEM: **ALEXANDRIA RN**

DATA DE NASCIMENTO: **09/12/1983**

CHT. DE NASCIMENTO: **L-A-23 P-212 RG-27078**

VIGOSA AL-CARTERIO UNICO

CPF: **072.800.544-06**

Assinatura do Titular: *[Assinatura]*

ASSINATURA DO DIRETOR GERAL: *[Assinatura]*

LEI Nº 7.116 DE 23/08/83

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**RIO GRANDE DO NORTE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

**INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA**

**COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO**

**POLEGAR DIREITO**

**CARTeira DE IDENTIDADE**

**ASSINATURA DO TITULAR**

*[Assinatura]*



# TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.033 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pela Decreto nº 452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é documento obrigatório para o exercício de qualquer empregabilidade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos serviços prestados a Justiça do Trabalho. Além disso, a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, bem como a comprovação da sua habilitação ao serviço, dependem, em primeiro lugar, do registro de cada um dos empregados no CTPS.

O conjunto das informações contido neste documento é o seu histórico profissional, escolhido a contrapartida e a favor das atividades profissionais que desempenha.

Pela sua importância, o seu dever de proteção e guarda, pois além de conter as informações da Profissional e a garantia da presença e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONTECIONAD, COM REGISTRO DO  
FAM, FUNDOS DE APOIO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE WWW.MTE.GOV.BR

Contrataram-se e registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria por contribuição previdenciária, garantindo a futura estabilidade no emprego e o direito de gozar de férias e de outros benefícios.

O conjunto de análises, comido neste documento e o seu objeto, na concepção, espelham a contribuição que os autores atribuem ao profissionalismo terapêutico.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAL - FUND. DE AMPARO AO TRABALHO

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

CARTÃO DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

208.25371.08-3

9318480

0030

RN

*João Carlos de Almeida*



CARTERA DE TRABAJO E PREVIDENCIA SOCIAL

208.25371 .08-3

22

Donato de' Donati



**JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR**

FILIAÇÃO: JOSE CELIO HOLANDA  
 OZENILDA MARIA DE ALMEIDA

NASCIMENTO: 09/12/1993      SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

NATURALIDADE: ALEXANDRIA - RN

DOCUMENTO: CON 270781 VIA A 25 PLS 212 06/11/1994 048 DE DO


REGISTRO CIVIL: VIGOSA ALADDA - VIGOSA - AL

LEI Nº 9.049, DE 15 DE MAIO DE 1995

CPF: 072.500.346-05      DATA: 07/04/2012

TIT. ELEITOR:      SEÇÃO:      ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SATE/SN 07/04/2012

  
 ASSINATURA DO TITULAR

**QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO**

---

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

FILIAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	SEXO	DOCUMENTO	NOME	DOCUMENTO	NOME	DOCUMENTO	NOME	DOCUMENTO

ASSINATURA DO TITULAR

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

**LEGENDA**

1 - GOVERNO    2 - JUIZADO    3 - REGISTRO DE IMÓVEIS    4 - JUIZ DE PAZ    5 - JUIZ DE DIREITO    6 - JUIZ DE FOLIA    7 - JUIZ DE TRIBUTOS    8 - JUIZ DE CRIMINAL    9 - JUIZ DE CIVIL    10 - JUIZ DE COMÉRCIO    11 - JUIZ DE TRABALHO    12 - JUIZ DE FAMILIA    13 - JUIZ DE SUCESSÃO    14 - JUIZ DE INVENTÁRIO    15 - JUIZ DE EXECUÇÃO    16 - JUIZ DE RECURSOS    17 - JUIZ DE APelação    18 - JUIZ DE RECURSO ESPECIAL    19 - JUIZ DE RECURSO EM RECURSO    20 - JUIZ DE RECURSO EM RECURSO

03



CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
CPF/CNPJ	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	
ESTADO	
CARGO	
DATA DE ADMISSÃO	
REGIMEN	
VALOR DO SALÁRIO	
DATA DE SAÍDA	
COM O DEBÍTO	
DATA DE CONTIN.	
08	

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR	
CPF/CNPJ	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	
ESTADO	
CARGO	
DATA DE ADMISSÃO	
REGIMEN	
VALOR DO SALÁRIO	
DATA DE SAÍDA	
COM O DEBÍTO	
DATA DE CONTIN.	
09	

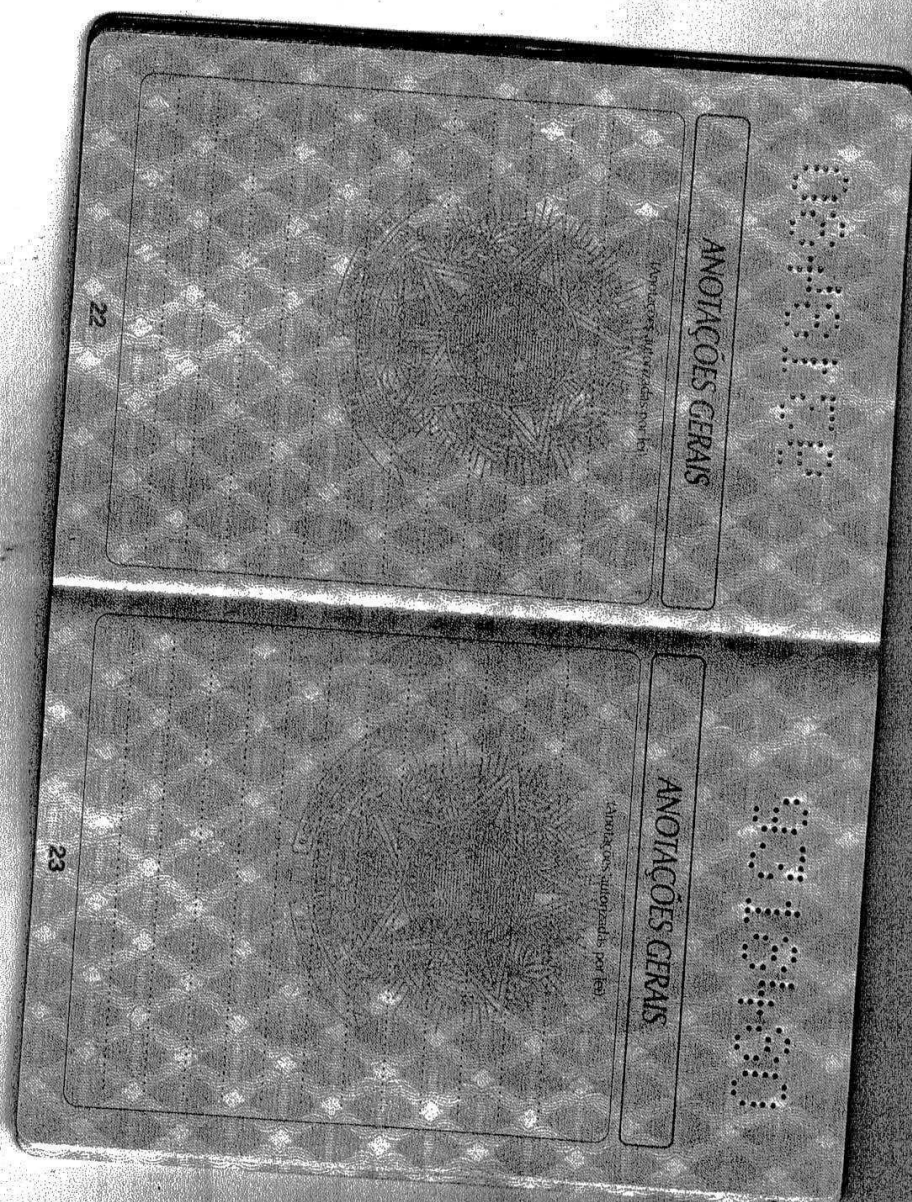
ALTERAÇÕES DE SALÁRIO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	
ALIMENTADO EM	PARA
MOTIVO	

18

ANOTAÇÕES DE FÉRIAS	
DE	PARA
PERÍODO	
DE	PARA
PERÍODO	
DE	PARA
PERÍODO	
DE	PARA
PERÍODO	
DE	PARA
PERÍODO	
DE	PARA
PERÍODO	

19





**cosern** Grupo Neoenergia

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 25/04/02

NOTA FISCAL FISCAL COMPAHIA DE ENERGIA ELETRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Hermann, 153, Bairro, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE  
MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO 303

CPF: 985.712.734-72 NIS: 16065392744

CASCAHO/AREA URBANA  
ALEXANDRIA RN  
59905-000

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

CONTA CONTRATO  
0395065017  
02/2017

DATA DE VENCIMENTO  
10/02/2017  
06/03/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)  
23,37

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,18028793	5,40
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	44,00000000	0,30606503	13,59
ICMS-Parcela Subvencionada			3,70
Multa por atraso-NF 000127390 - 03/01/17			0,85
Juros por atraso-NF 000127390 - 03/01/17			0,03

TOTAL DA FATURA 23,37

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
0861852	CAT	03-01-2017	968,00	02-02-2017	1.940,00	31	1,0000		74,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO kWh	VALOR DO IMPORTE	%	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO
FEV17: 74	18,99	18,00	3,41
JAN17: 101	18,99	9,82	0,17
DEZ16: 103	18,99	9,89	1,11
NOV16: 66			
OUT16: 115			
SET16: 81			
AGO16: 74			
JUL16: 97			
JUN16: 100			
MAI16: 80			
ABR16: 98			
MAR16: 106			
FEV16: 60			

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	VALOR DO IMPORTE	%
Consumo Ativo até 30 kWh	0,18028793	33,17%
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,30606503	2,58%
ICMS-Parcela Subvencionada	3,70	24,91%
Multa por atraso-NF 000127390 - 03/01/17	0,85	6,11%
Juros por atraso-NF 000127390 - 03/01/17	0,03	9,06%
Tributação	4,89	34,70%
Total	16,98	18%

TAREFAS APLICÁVEIS

Consumo Ativo até 30 kWh: 0,18028793  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh: 0,30606503

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal deve ser feito somente em espécie, em data de validade e horário de atendimento à rede de distribuição de energia elétrica. O cliente é responsável por verificar a validade da Nota Fiscal antes de efetuar o pagamento. O cliente é responsável por verificar a validade da Nota Fiscal antes de efetuar o pagamento. O cliente é responsável por verificar a validade da Nota Fiscal antes de efetuar o pagamento.

Não validamos a partir de 2015, a validade da Nota Fiscal, a partir da data de emissão da Nota Fiscal, a partir da data de emissão da Nota Fiscal, a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERMISSÕES

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERMISSÕES	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
CONSUMO	0,18028793			
MARCA VERBA	0,18028793			

TIPO DE TENSÃO

TIPO DE TENSÃO	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
TENSÃO NOMINAL (V)	
MÍNIMO	
MÁXIMO	





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 8ª DELEGACIA REGIONAL - ALEXANDRIA

Endereço: RUA PADRE CARLOS, s/n, CASCALHO, ALEXANDRIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2017078000019

1.3 Tipo: LESÃO CORPORAL ACIDENTE RODOVIÁRIO - C/HOMEM

1.2 Data de Expedição: 06/01/2017 11:13:45

1.4 Ligar CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 06/08/2016 09:30:00

2.3 Fato: Consumado

2.4 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: -

2.10 Complemento:

2.12 Bairro: CASCALHO

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida

2.4 Flagrante: Não

2.7 Logradouro: RN-079, Rio Grande do Norte, Brazil -- -6.279433,-38.162617

2.9 CEP:

2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO À CRECHE

2.13 Cidade: ALEXANDRIA

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR

3.3 Etnia: Parda

3.5 Mãe: OSENILDA MARIA DE ALMEIDA

3.7 Sexo: MASCULINO

3.9 CPF: 07250054406

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: ESTUDANTE

3.15 Telefone(s): 84 96545898

3.17 Número: 303

3.19 Bairro: CASCALHO

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.4 Pai: JOSE CELIO HOLANDA LIMA

3.6 Data de Nascimento: 09/12/1993

3.8 RG: 003421052 - ITEP/RN

3.10 Passaporte:

3.12 Naturalidade: ALEXANDRIA RN

3.14 E-Mail:

3.16 Logradouro: RUA GOVERNADOR DIX-SEPT-ROSA DO

3.18 CEP: 59965000

3.20 Cidade: ALEXANDRIA

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

(NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

(NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.3 Chassi: 9C2KC08507R019839

7.1.5 Placa: DPW7735

7.1.7 Marca: HONDA

7.1.9 Ano do Modelo: 2007

7.1.11 Cor do veículo: VERMELHA

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.15 Nome do proprietário: MARIA DA PENHA DE SOUZA

7.1.17 Nome do condutor: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR

7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:

7.1.4 Renavam: 901509949

7.1.6 Estado: SÃO PAULO

7.1.8 Modelo: CG 150 TITAN ES

7.1.10 Ano de Fabricação: 2006

7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA

7.1.14 Número do Motor:

7.1.16 Vínculo com a

Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

COMPARECEU O COMUNICANTE/VÍTIMA PARA INFORMAR QUE NO DIA, HORA E LOCAL INFORMADO, CONDUZIA A MOTOCICLETA ACIMA DESCRITA, SENTIDO ALEXANDRIA/RN - BOM SUCESSO/PB, QUANDO NAS IMEDIAÇÕES DA CRECHE OU DO BAR DE DEINHA, FOI ULTRAPASSAR UM AUTOMÓVEL E O PNEU DIANTEIRO DIANTEIRO DERRAPOU NO ASFALTO, POIS EXISTIA AREIA NA PISTA; QUE APÓS O ACIDENTE FOI SOCORRIDO PARA O HOSPITAL REGIONAL DOUTOR CLEODON CARLOS DE ANDRADE EM PAU DOS FERROS/RN; QUE DEVIDO AO ACIDENTE O COMUNICANTE/VÍTIMA QUEBROU A CLAVÍCULA ESQUERDA E SOFREU TRAUMATISMO CRANIANO; QUE NADA MAIS DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS

Data do Complemento: 13/02/2017

Usuário: 2071150 - ANDRÉ RODRIGUES SOARES DE LIMA

Complemento: ONDE SE LE: DATA/HORA DO FATO: 06/08/2016 09:30:00

LEIA-SE: DATA/HORA DO FATO: 24/08/2016 09:30:00

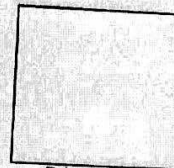
11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 06/01/2017 11:13:45

André Rodrigues S. Lima  
Polícia

Jose Celio Holanda Lima Junior  
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 2071150 - ANDRÉ RODRIGUES SOARES DE LIMA

Impresso por: 2071150 - ANDRÉ RODRIGUES SOARES DE LIMA em 13/02/2017 18:01:13

Protocolo: J2017078000019 - Código de autenticação: 39fa64c9804487fb60813f4b7c8e6e61



# HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE

BR 405, Km 03, Bairro Arizono, Pau dos Ferros RN, Telefax (84) 3351 - 9840

## BOLETIM DE URGÊNCIA

Nome: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR			TEL:		Nº REG: 415208	
Nas 09/12/1993	1-Masculino	Solteiro	Cert.nasc. <input type="checkbox"/> Título <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> RG <input checked="" type="checkbox"/> Nº		3421052	
Pai: JOSE CELIO HOLANDA LIMA			Mãe: OSENILDA MARIA DE ALMEIDA			
Endereço: DIXPT ROSADO		303	ESTAÇÃO		ALEXANDRIA	RN
Responsável: CNS 700 8054 0704 6188					TEL:	
Endereço do Responsável: FONE 84 9 9906 4841						

Serviço: Urgência / emergência		Enfermaria:		Leito:	
Admissão: 24/08/2016	Hora admissão: 11:05	Data da Alta:		Hora da Alta:	
Dados Clínicos: PA:..... mmHg Pulso:..... Bpm Temp:..... FR.....					
Alega Acidente de Trabalho Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>					

### História - Causa eficiente da Lesão (alegada):

Queda de motocicleta na rua.  
Retorno de arruado (Rt em movimento).  
Queda de torso e membros inferiores à esquerda.  
Não houve lesões ósseas.

Antonio Valdeice de Souza Lima  
Chefe de Seção do SAME  
Mat. 89.866-0  
B. ADM Nº 4006-07/04/2013

HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE  
CONFIRMAÇÃO  
05/09/2016

### Lesões ou afecções encontradas

(A) (B) (C) (D) → Sem manifestações  
Apresenta fratura  
(E) fraturas de M. S. / M. I. / P. A. à esquerda.

### DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:

Queda de motocicleta e trauma físico.

### DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:

Dr. Antonio Paulino Neto  
Médico  
CRM/RN 7301

Hora: 11:07

CRM



## TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Rua Quintino Bocaiúva 699, Alto do Açúde - Pau dos Ferros - RN Fone: (84) 3351-2368 / 3167 9622-5974

Nome do Paciente: **JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR**  
Cód. Paciente: 15271 DN: 09/12/1993 Idade: 22 ano (s)  
Data Exame: 25/08/2016 08:56 Exame: TC CRANIO S/C Convênio: PARTICULAR

### CONCLUSÃO

Pequeno traço de fratura do osso temporal à esquerda.  
Pequenos foco de marcada hipodensidade ( densidade de ar) em região temporal esquerdo compatível com pneumoencéfalo.

Laudado gerado no dia: 25/08/2016 20:18. Uma cópia digital encontra-se disponível acessando o link <https://validar.wbsrad.com.br/> e utilize a data/hora e chave: xZmbdmZA para acesso.

*Thaís Jácóme R. Sarmento*

Laudado Por:

**Dra. Thaís Jácóme R. Sarmento**

CRM-RN 6417 / RADIOLOGISTA

**TODOS os laudos emitidos são arquivados digitalmente no nosso servidor para auditoria e segunda via.**  
Acessar o link no corpo do laudo para cópia FIEL do laudo. Utilizamos o sistema de teleradiologia <http://www.wbsrad.com.br>

Pag. 2 de 2



# DECLARAÇÃO DO PROPRIETARIO DO VEICULO

EU Maria da Penha de Souza  
 RG 16.913.0174 DATA DA EXPEDIÇÃO 01/11/2006  
 ÓRGÃO SSP/SP PORTADOR DO CPF 06686254819 COM  
 DOMICILIO NA CIDADE DE Jandira NO ESTADO DE SP  
 ONDE RESIDO NA (RUA, AVENIDA, RSTRA) R. B. Luiz Venuto  
do Santos Nº 160

DECLARO SOB AS APENAS DA LEI, QUE O VEICULO ABAIXO MECIONADO E (ERA) DE MINHA  
 PROPRIEDADE NA DATA DO ACIDENTE OCORRIDO COM A  
 VITIMA José Celso Heleno da Silva Jr. CUJO O CONDUTOR  
 ERA José Celso Heleno da Silva Jr.

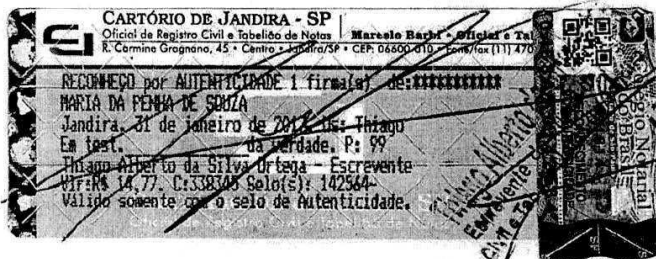
VEICULO Moto  
 MODELO Honda 160 Titan ES  
 ANO 2006/2007  
 PLACA DPW 773.5850 7R 019839  
 CHASSI 9C2KCO  
 DATA DO ACIDENTE 24-08-16

Maria da Penha de Souza

ASSINATURA DO DECLARANTE

José Celso Heleno da Silva Jr.

ASSINATURA DO CONDUTOR (caso seja um terceiro que não a vitima reclamante do sinistro)



CARTORIO UNICO OFICIO DE NOTAS  
 REGISTRO CIVIL E DE IMOVEIS

Nivaneide Lira da Silva Nunes  
 Titular - CPF 365.958.024-49  
 José Nair Nunes  
 Substituto-CPF n. 156.754.324-34  
 Alexandria (RN)



VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

Reconhecimento  
 Por autenticidade  
 Por semelhança  
 Alexandre (RN)  
 Nivaneide Lira da Silva Nunes-Tabelião  
 José Nair Nunes - Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Vara Única da Comarca de Alexandria  
Rua Padre Erisberto, 511, Novo Horizonte, ALEXANDRIA - RN - CEP: 59965-000

Processo: 0800347-03.2019.8.20.5110

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial. **NOMEIO**perito(a) o(a) Dr(a). **Dr. EMANUEL FERNANDES DE PAULA**, médico(a) ortopedista, com endereço à Rua Manoel Alexandre, 561, CEP 59.900-000 Pau dos Ferros/RN, (84) 33519000 — Pau dos Ferros/RN, determinando a intimação do(a) mesmo(a) para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico.

**ARBITRO**Os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), mediante depósito prévio a ser realizado pela parte ré (Convênio nº 01/2013).

**INTIME-SE**a parte ré para no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) correspondentes aos honorários periciais e comprovar nos autos. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e seqüelas sofridas pelo autor.

Formulo os seguintes quesitos:

1- Quais as lesões sofridas pelo autor?

2- As lesões decorreram de acidente de veículo?

3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?

4- Totalmente ou em parte?

5 – Em que percentual?

6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho?

7- A incapacidade é temporária ou permanente?

8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral?

9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?

10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)?

**INTIME-SE** a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação. A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito.

**APÓS APRESENTADO O laudo**, intinem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 10 (dez) dias.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, inclua-se o feito na pauta para audiência de conciliação, que ocorrerá em data a ser designada por este Juízo.

Expedientes necessários.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ALEXANDRIA/RN, 23 de maio de 2019

**THIAGO MATTOS DE MATOS**

**Juiz de Direito**



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Vara Única da Comarca de Alexandria  
Rua Padre Erisberto, 511, Novo Horizonte, ALEXANDRIA - RN - CEP: 59965-000

Processo: 0800347-03.2019.8.20.5110

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial. **NOMEIO**perito(a) o(a) Dr(a). **Dr. EMANUEL FERNANDES DE PAULA**, médico(a) ortopedista, com endereço à Rua Manoel Alexandre, 561, CEP 59.900-000 Pau dos Ferros/RN, (84) 33519000 — Pau dos Ferros/RN, determinando a intimação do(a) mesmo(a) para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico.

**ARBITRO**Oos honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), mediante depósito prévio a ser realizado pela parte ré (Convênio nº 01/2013).

**INTIME-SE**a parte ré para no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) correspondentes aos honorários periciais e comprovar nos autos. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e seqüelas sofridas pelo autor.

Formulo os seguintes quesitos:

1- Quais as lesões sofridas pelo autor?

2- As lesões decorreram de acidente de veículo?

3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?

4- Totalmente ou em parte?

5 – Em que percentual?

6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho?

7- A incapacidade é temporária ou permanente?

8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral?

9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?

10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média(50%), leve (25%) ou residual(10% ou menos)?

**INTIME-SE** a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação. A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito.

**APÓS APRESENTADO O laudo**, intinem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 10 (dez) dias.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, inclua-se o feito na pauta para audiência de conciliação, que ocorrerá em data a ser designada por este Juízo.

Expedientes necessários.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ALEXANDRIA/RN, 23 de maio de 2019

**THIAGO MATTOS DE MATOS**

**Juiz de Direito**

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Vara Única da Comarca de Alexandria  
Rua Padre Erisberto, 511, Novo Horizonte, ALEXANDRIA - RN - CEP: 59965-000

### CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

À:

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do Exmo. Sr. Dr.

THIAGO MATTOS DE MATOS - MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Alexandria, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR e INTIMAR essa seguradora, por seu representante legal, para, que, querendo, cumpra o referido despacho.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código xxxxxxxxxx, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800347-03.2019.8.20.5110

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE CELIO HOLANDA LIMA JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ALEXANDRIA/RN, 29 de maio de 2019.

FRANCISCA NILDA SOARES

Auxiliar de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>Vara Única da Comarca de Alexandria Rua Padre Erisberto, 511, Novo Horizonte, ALEXANDRIA - RN - CEP: 59965-000</p> <p>Processo: 0800347-03.2019.8.20.5110</p>	<p>Vara Única da Comarca d Rua Padre Erisberto, 511, Novo Horizonte 59965-000</p> <p>Processo: 0800347-03.20</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS I Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO I 20031-205</p>

CIENTE.